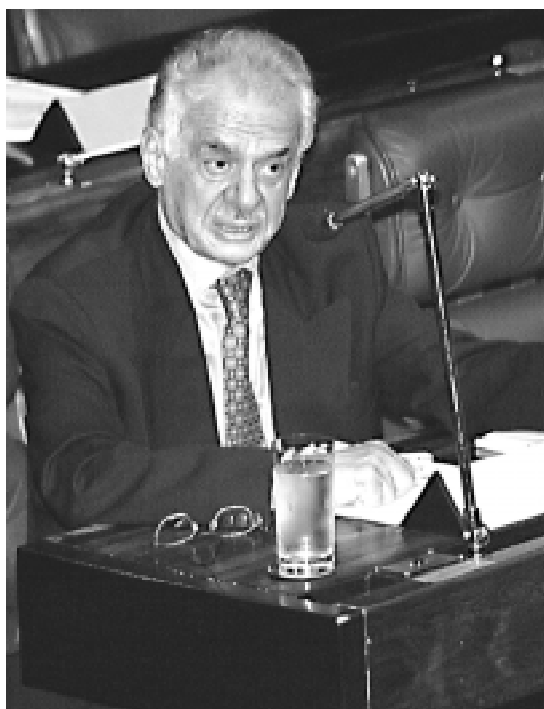


JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.489 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 3 DE MAIO DE 2002



June de Araújo

Requião e Simon criticam alianças sem princípios

Senadores apontam “vazio” político e defendem discussão programática das coligações eleitorais

Roberto Requião condenou ontem a formação de alianças eleitorais “sem princípios éticos” e observou que o país não conta, no momento, com uma referência política. Ele disse que gostaria de ter Pedro Simon como candidato do PMDB à Presidência da República, mas, se isso não for possível, pretende discutir “programaticamente” as eventuais alianças do partido. Em aparte, Simon comentou que há “um vazio geral” na política brasileira.

Na opinião de Pedro Simon, há “um vazio geral” na política brasileira

PÁGINA 3



June de Araújo

Roberto Requião afirma que alianças devem ser discutidas com base em programas



June de Araújo

Para Heloísa, decisão do governo prejudica produtores do Norte, Nordeste e Centro-Oeste

Heloísa: governo prejudica produtor com vetos em MP

A senadora Heloísa Helena contestou ontem, em discurso no Plenário, as razões do governo federal para vetar as emendas aprovadas no Senado à medida provisória sobre renegociação de dívidas agrícolas.

PÁGINA 4

Nabor pede mais debate sobre maioria penal

PÁGINA 2

Mauro cobra boa educação para gerar empregos

PÁGINA 3



Célio Azevedo

O TABAGISMO E SUA REPERCUSSÃO

Hoje é o último dia do IV Congresso Brasileiro sobre Tabagismo, que se realiza no Auditório Petrônio Portella, do Senado. O evento, promovido por diversas entidades, oferece informações atualizadas sobre o vício do fumo e sua repercussão social e econômica.

PÁGINA 4



Antonio Carlos Júnior é autor do projeto de ressociação para população carente

Comissão analisa programa para moradores de rua

Está tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para decisão terminativa, projeto do senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA) que autoriza o governo federal a criar o Programa Especial de Ressociação dos Moradores de Rua. Os objetivos são dar alimentação, abrigo e assistência psicológica, jurídica e médico-odontológica aos moradores de rua, além de promover cursos profissionalizantes e ajudar os participantes do programa na busca de posições no mercado de trabalho.

— Procura-se conjugar a satisfação de necessidades imediatas da população carente com a distribuição de meios de inserção social, notadamente saúde e educação. A consequência não será apenas a de manter os moradores de rua vivos e alimentados. Trata-se de, paralelamente, gerar as condições que permitam a inclusão desses cidadãos no mercado de trabalho e na sociedade — afirmou Antonio Carlos Júnior.

O programa será financiado com recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza e coordenado pelo órgão federal responsável pela política de assistência social, em condições a serem estabelecidas em regulamento próprio. O programa também poderá contar com recursos de financiamento externo junto a organismos multilaterais de crédito.

Nabor quer debater proposta que reduz maioria penal

Senador elogia trabalho da Comissão Mista de Segurança Pública, mas defende necessidade de maior reflexão sobre propostas polêmicas

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) defendeu, ontem, a necessidade de uma reflexão mais aprofundada sobre algumas das proposições de combate à violência que serão agora votadas pelo Plenário, como a de redução da maioria penal de 18 para 16 anos e a de unificação das polícias civil e militar.

Nabor manifestou sua satisfação com os resultados do trabalho da Comissão Mista de Segurança Pública, que apresentou relatório final no começo da semana aos presidentes do Senado, Ramez Tebet, e da Câmara, Aécio Neves. O senador destacou o tempo recorde de 60 dias para as conclusões do grupo e o expressivo número de propostas apresentadas com vistas à diminuição da violência e ao combate à criminalidade.

Para Nabor, a próxima etapa, de votação das propostas pelos Plenários das duas Casas legislativas, será muito importante, pois, em sua opinião, algumas das propo-



Fusão das polícias civil e militar deve ser mais bem discutida, diz Nabor Júnior

sições demandam uma análise mais profunda por alterarem o Código de Processo Penal. Entre essas, citou a que reduz a maioria penal, sobre a qual a comissão não assumiu uma posição.

— Essa medida é polêmica e as duas Casas devem estudar bastante o assunto antes de tomar uma decisão — recomendou.

Outra medida que, segundo Nabor, também é controversa é a que dispõe sobre a fusão das duas polícias, a civil e a militar, criando-se uma corporação estadual.

Embora reconhecendo que tal decisão poderia trazer resultados positivos no combate à violência e na repressão aos criminosos, o senador alertou para a necessidade de uma avaliação consistente sobre as reais possibilidades de a proposta alcançar esses objetivos.

— Nós sabemos que as duas corporações têm divergências profundas e não temos certeza se um comando único vai conseguir solucionar as diferenças — avaliou o parlamentar, informando que a conjugação dos interesses das duas polícias foi uma das maiores dificuldades que enfrentou quando governou seu estado, o Acre, em 1983.

Nabor também referiu-se à proposta de fortalecimento das guardas municipais. De acordo com o senador, a adoção da ideia pode contribuir para a prevenção da criminalidade nos centros e periferias das grandes cidades. As guardas, lembrou, são incumbidas, atualmente, apenas da proteção do patrimônio e dos bens públicos e privados.

Alcântara pede ações conjuntas para jovens

Ao considerar que grande parte da juventude brasileira continua imersa na pobreza, ignorância e brutalidade, Lúcio Alcântara (PSDB-CE) recomendou a adoção de um conjunto articulado de ações que congregue Estado e sociedade.

Ele avaliou como imprescindível a elevação dos níveis de escolaridade do contingente de 2 milhões



Para Alcântara, é preciso ampliar a qualificação profissional

de jovens que, a cada ano, batem às portas do mercado de trabalho, sem capacitação.

— O não atendimento desse requisito implica a esgarçada sistemática do tecido social, levando-o aos limites da ruptura — afirmou.

Para Alcântara, a falta de políticas adequadas tem gerado um surdo ressentimento contra o estado democrático de direito, que passa a ser

visto como guardião impotente e incapaz da vida, da integridade e do patrimônio dos cidadãos.

Para reverter esse quadro, o senador aconselhou uma política de desenvolvimento humano, com a oferta de educação básica e profissional, em que a qualificação do ensino médio seja o maior desafio.

Propôs também uma política educativa de saúde, a fim de propiciar uma cultura de cuidado no ambiente juvenil. Ele destacou a Associação dos Jovens Empresários do Ceará (AJE), que conduz valioso trabalho nesse campo.



AGENDA

SEXTA-FEIRA, 3 DE MAIO DE 2002

PLENÁRIO
9h — Sessão não deliberativa
PREVISÃO PLENÁRIO
Segunda-feira 14h30 — Sessão não deliberativa
Terça-feira 14h30 — Sessão deliberativa ordinária Pauta: primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 42/00, dá nova redação ao artigo 217 da Constituição federal, para vedar a recondução dos dirigentes de entidades de administração do desporto por mais de um período consecutivo; PLC nº 105/01, dispõe sobre o programa Grande Fronteira do Mercosul; PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões para a exploração de serviço de radiodifusão comunitária; entre outros.
Quarta-feira 14h30 — Sessão deliberativa ordinária Pauta: segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 42/00, dá nova redação ao artigo 217 da Constituição federal, para vedar a recondução dos dirigentes de entidades de administração do desporto por mais de um período consecutivo; PDL nº 151/02, aprova o texto do Acordo sobre a Isenção de Vistos, celebrado entre os governos do Brasil e da Coreia; votação nominal, em primeiro turno, da PEC nº 5/02, dá nova redação ao parágrafo 1º do artigo 222 da Constituição federal, suprimindo-se o parágrafo 2º do referido artigo, que trata da propriedade de empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens; entre outras matérias.
Quinta-feira 10h — Sessão deliberativa ordinária Pauta: terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 42/00, dá nova redação ao art. 217 da Constituição federal, para vedar a recondução dos dirigentes de entidades de administração do desporto por mais de um período consecutivo; entre outras matérias.
Sexta-feira 9h — Sessão não deliberativa
COMISSÕES
Terça-feira 10h — Comissão de Assuntos Econômicos
11h30 — Comissão de Educação
14h30 — Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul
15h — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura
17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
Quarta-feira 9h — Comissão de Assuntos Sociais
14h — Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre remuneração dos militares do Distrito Federal

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Requião critica alianças "sem princípios éticos"

Ele também reitera apoio à candidatura própria do PMDB à Presidência da República. "Gostaria de ter como candidato o senador Simon", afirma

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) criticou ontem o que chama de formação de alianças "sem princípios éticos". Ele questionou a presença do pré-candidato José Serra, do PSDB, em comício realizado no Paraná ao lado de "criminosos" que teriam usado recursos de caixa dois nas eleições municipais de Curitiba. Também criticou a aproximação do ex-governador Leonel Brizola a "conhecido corrupto do Paraná", e disse que o único partido que acena com mudanças na política econômica, embora com "falhas irritantes", é o PT.

Roberto Requião também reiterou seu apoio à candidatura própria do PMDB à Presidência da República. Ele propôs que, caso a tese seja rejeitada em convenção nacional, o partido busque negociar uma plataforma de mudanças para o país.

— Gostaria de ter como candidato o senador Pedro Simon, mas, se isso não for possível, por causa da ação dos adesistas do PMDB, então vamos à convenção dizer o que pensamos e discutir programaticamente qualquer aliança

que se possa fazer — sugeriu.

Em aparte, Simon (PMDB-RS) disse que há um "vazio geral" na política brasileira. Ele citou, como exemplos, a aproximação do pré-candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, à Igreja Universal, a grande influência do publicitário Duda Mendonça na campanha petista, o ingresso do ex-governador Ciro Gomes no PPS e a "heterogeneidade" da aliança de Brizola com o PTB.

Ao concordar com Simon, Requião disse que o país não conta, hoje, com uma referência política. Na sua opinião, um candidato à Presidência da República deve emocionar-se "até às lágrimas" diante da miséria e ser capaz de propor medidas de combate à pobreza. Ele considerou imediatistas as medidas propostas recentemente para a redução da criminalidade, sem levar em conta projeto de inclusão social.

O senador paranaense observou que a política econômica do atual governo motivou o crescimento da pobreza no Brasil. Ele afirmou que 32% da população — ou 54 milhões de brasileiros — vive

com menos de R\$ 80 por mês e criticou o governo por destinar apenas R\$ 12 bilhões para investimentos no Orçamento da União, que prevê R\$ 650 bilhões de receita e R\$ 215 bilhões para refinanciamento da dívida pública.

CLT

Requião disse que, após ouvir Serra defender a revisão da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), sentiu-se no direito de contribuir com o debate. Citando o linguista norte-americano Noam Chomsky, ele observou que a flexibilização da legislação trabalhista em vários países do mundo atende a orientação do Banco Mundial e anula "anos de luta dos trabalhadores".

O senador criticou também a aprovação, pelo Congresso, da medida provisória que cria o "seguro apagão", destinado a proteger empresas distribuidoras de energia elétrica de eventuais prejuízos com a crise energética. Ele citou o aumento de 248% nas contas de energia desde 1995 ao afirmar que as empresas privatizadas do setor tiveram lucros "absolutamente fantásticos".

Mauro Miranda quer mais investimentos em educação

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) fez, da tribuna do Plenário, apelo às autoridades para que invistam mais em educação, como forma de aumentar a geração de emprego para os jovens que chegam ao mercado de trabalho. O desemprego



Mauro Miranda: preocupação com a geração de empregos para jovens

entre os jovens, disse, tem aumentado ao longo dos últimos anos, principalmente para os de menor nível de escolaridade.

Para se obter mudança no perfil do emprego, disse, é necessário melhorar radicalmente a qualidade do ensino fundamental e democratizar o acesso aos níveis médio e superior.

Ao citar estudo do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea), desenvolvido por Ricardo Paes de Barros, Ricardo Henriques e Rosane Mendonça, o senador disse que a educação brasileira encontra-se "pelo menos dez anos atrasada em relação a países com nível de desenvolvimento análogo ao nosso".

A lenta expansão do sistema de ensino, afirmou, "aprisinou a população de baixa renda", principalmente os mais jovens, num patamar intermediário de escolaridade, insuficiente para preencher as exigências da evolução tecnológica cada vez mais acelerada.

Como consequência, acrescentou, existe escassez de trabalhadores qualificados, de um lado, e, de outro, exacerbação das desigualdades salariais, com impacto na concentração de renda.

O progresso da tecnologia, no Brasil e no mundo, observou Mauro Miranda, está acabando com os empregos não-qualificados e exigindo trabalhadores especializados.

— Cada ano a mais de escolaridade da força de trabalho aumentaria a renda *per capita* brasileira em 20%. Cada ano adicional em um curso superior corresponde a um aumento médio de salário de 16% — afirmou.

Jucá: adesão de municípios ao Bolsa-Escola chega a 98%

O Programa Bolsa-Escola, do governo federal, encerrou 2001 com a adesão de 98% dos 5.561 municípios brasileiros, disse o senador Romero Jucá (PSDB-RR). Segundo ele, em apenas um ano o programa conseguiu oferecer o benefício para mais de 8,2 milhões de crianças.

Jucá parabenizou o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, por ter realizado "uma verdadeira revolução na educação brasileira". Ele ressaltou que "o Programa Bolsa-Escola é extremamente simples e barato".

Segundo Jucá, o programa, que está completando um ano, traduz o propósito do presidente Fernando Henrique Cardoso de governar com "honestidade, eficiência, sensibilidade social e, sobretudo, respeito à coisa pública e ao povo brasileiro".

De acordo com Jucá, a França, Alemanha, Estados Unidos e países da América Latina e África têm procurado o Ministério da Educação para conhecer o programa. De junho a dezembro de 2001, disse, o governo aplicou no Bolsa-



Segundo Romero Jucá, programa beneficiou em um ano mais de 8,2 milhões de crianças

Escola R\$ 409,9 milhões, tendo sido transferidos, apenas em dezembro, R\$ 142,2 milhões às famílias das crianças.

Jucá salientou que "mudar urgentemente o quadro da educação básica no Brasil diz respeito não apenas à preocupação com justiça e equilíbrio social, mas também com o próprio futuro do país", que necessita qualificar sua mão-de-obra e ter trabalhadores bem nutridos e alfabetizados.

— O verdadeiro encontro do Brasil com o mundo sofisticado do século 21 está na tomada desse caminho e não na continuidade de uma política de educação elitista e discriminadora.

Estudante da rede pública pode ter ingresso gratuito

Entre as matérias apreciadas pelo Senado nesta semana, destaca-se projeto aprovado pela Comissão de Educação (CE) que determina a distribuição gratuita, a alunos da rede pública, de 5% dos ingressos de filmes e espetáculos teatrais e de dança beneficiados por incentivos fiscais da Lei Rouanet. A proposta, do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), poderá ser remetida diretamente à Câmara dos Deputados caso não haja recurso para seu exame no Plenário do Senado.

A mesma comissão também aprovou projeto do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) que garante matrícula em estabelecimentos de ensino superior a estudantes aprovados em exame de seleção e cuja formatura no ensino médio tenha sido prejudicada por greve de professores. Bezerra argumentou que o direito de

greve não pode prejudicar o direito que os alunos têm de se matricular em escola superior se aprovados em vestibular.

Já o Plenário do Senado aprovou projeto de resolução do senador Ademir Andrade (PSB-PA) que reduz as situações em que um projeto de lei é arquivado pelo Senado quando termina a legislatura (quatro anos). Agora, só serão automaticamente arquivadas as proposições que estejam tramitando há mais de duas legislaturas, a não ser que haja requerimento em contrário assinado por um terço dos senadores (27 assinaturas). Não poderão ser arquivados ao final da legislatura os projetos oriundos da Câmara dos Deputados, as propostas de senadores que continuam em seus mandatos, as que tenham sido apresentadas no último ano da legislatura e aquelas que rece-



Bezerra é autor de projeto, também aprovado, que garante a matrícula de alunos em caso de greve

beram parecer favorável de comissões.

Também na terça-feira, o Plenário aprovou resolução que dá o nome do ex-senador Josaphat Marinho à sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ). A proposta é de autoria do senador Bernardo Cabral (PFL-AM), presidente da CCJ. Josaphat morreu no dia 30 de março passado, aos 86 anos.

Heloísa contesta vetos em MP da dívida agrícola

Segundo senadora, decisão prejudica produtores do Norte, Nordeste e Centro-Oeste que contraíram dívida junto a fundos constitucionais

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) contestou ontem, em Plenário, os argumentos do governo para vetar as emendas aprovadas no Senado à Medida Provisória (MP) nº 9, relativa à correção de distorções e à repactuação do saldo devedor dos créditos agrícolas. Segundo afirmou, essa decisão prejudica os produtores rurais das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste que contraíram dívidas junto aos fundos constitucionais.

Expressando sua irritação, Heloísa disse que o presidente Fernando Henrique Cardoso "mentiu" ao justificar os vetos à tabela de bônus de adimplência para os devedores dos fundos constitucionais. O governo teria alegado que os agricultores nessa situação já estariam contempla-

dos pela Lei nº 10.177, de 2001.

Como essa legislação só garantiria a correção de distorções e o refinanciamento de débitos contratados a partir de janeiro de 2001, a senadora petista observou que quem se endividou entre 1994 e 1998, beneficiário da emenda vetada, continuou desamparado.

— Não podemos aceitar a alegação de defesa do interesse público para vetar um artigo que dá ao produtor rural das regiões mais pobres as mesmas condições asseguradas aos agricultores do Sul e Sudeste — afirmou.

Outra MP relativa à dívida agrícola que recebeu emendas no Senado — de iniciativa da senadora — vai ser agora apreciada pelos deputados. Segundo Heloísa, o governo mais uma vez alega que o país quebrará

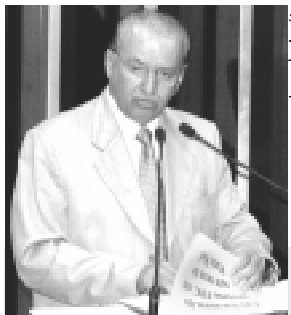
se o Congresso possibilitar a renegociação das dívidas agrícolas da grande maioria dos devedores das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, conforme prevêem as emendas. Ela lembrou que aos devedores do Sul e do Sudeste "foram dadas todas as possibilidades", acrescentou.

Em aparte, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse acreditar que a Câmara não irá submeter-se aos interesses do governo.

Autor de emendas à MP nº 9, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) mostrou-se solidário à indignação da senadora. Segundo afirmou, o governo também não resolveu os problemas dos devedores rurais atrelados ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e dos inadimplentes.

Política econômica de FHC foi "desastrosa", diz Valadares

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), ao homenagear ontem os trabalhadores pela comemoração do 1º de Maio, disse que a política econômica do presidente Fernando Henrique Cardoso "foi desastrosa para o Brasil", resultando



Valadares lamenta que Brasil tenha caído de 8º para 10ª economia do mundo

na escalada do desemprego e em grande atraso para o país. Quando Fernando Henrique assumiu a Presidência da República, comentou, o Brasil era a 8ª economia do mundo e a 1ª da América Latina. Hoje, ao final de dois períodos administrativos, ele vai sair do governo deixando o Brasil como a 10ª economia do mundo e a 2ª da América Latina, sendo a primeira posição ocupada pelo México.

Valadares registrou que o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, que era de US\$ 543 bilhões em 1994 e atingiu US\$ 887 bilhões em 1997, chegou em 2001 a US\$ 519 bilhões. Já a renda *per capita* do Brasil, da ordem de US\$ 3.569 em 1994, atingiu US\$ 5.057 em 1997, caindo para US\$ 3.022 em 2001.

Nesse mesmo período, conti-

nuou o senador, a dívida externa saltou de US\$ 148,3 bilhões em 1994 para US\$ 240 bilhões em 2001, enquanto a dívida pública interna passou, no mesmo período, de R\$ 62 bilhões para R\$ 604 bilhões.

Os militares, acrescentou Valadares, também endividaram muito o Brasil na década de 70. Mas, conforme lembrou, pelo menos naquela ocasião "a economia duplicou, o país construiu uma grande infra-estrutura energética e de transportes e o maior parque industrial do Terceiro Mundo". Já o endividamento do Plano Real, segundo afirmou, não construiu nada. "Ao contrário, sucateou os serviços públicos, jogou o Brasil no racionamento de energia e paralisou nosso crescimento", disse ele.

Antonio Carlos Valadares afirmou que, que nas dez regiões metropolitanas do país o desemprego atingiu 824 mil trabalhadores no segundo semestre de 1994, número que saltou para 1,253 milhão no 1º semestre deste ano.

Encontro no Senado debate o tabagismo

Está sendo realizado desde quarta-feira, no Auditório Petrólio Portella, o IV Congresso Brasileiro sobre Tabagismo, evento organizado para oferecer aos participantes informações atualizadas sobre o tabagismo e sua repercussão social e econômica.

Promovido pelo Instituto Nacional do Câncer (Inca), a Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia (SBPT), a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES), a Comissão de Controle do Câncer e Tabagismo do DF (CCCT) e o Comitê Coordenador do Controle do Tabagismo no Brasil, o congresso ocorre em período integral e vai até hoje.

No congresso serão apresentados mais de 60 trabalhos abordando aspectos relacionados ao tabagismo, como "A Opinião dos Adolescentes de 11 a 14 anos de Idade sobre o Cigarro", "A Relação entre Asma e Tabagismo Materno na Gestação", "Perfil do Paciente que Interrompe o Tabagismo entre a Avaliação Inicial e a Convocação para Tratamento", entre outros.

Maldaner quer Taiwan na Assembléia de Saúde

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) pediu ontem aos ministros das Relações Exteriores, Celso Lafer, e da Saúde, Barjas Negri, que se manifestem favoravelmente à participação de Taiwan, como observador, na 55ª Assembléia Mundial de Saúde a realizar-



Casildo Maldaner também defendeu ingresso daquele país asiático na OMS

se a partir de 14 de maio em Genebra, na Suíça. O encontro tem a chancela da Organização Mundial de Saúde (OMS).

Casildo Maldaner informou que o Parlamento Europeu e o Senado norte-americano já defendem a participação de Taiwan na Assembléia Mundial de Saúde. A seu ver, o Brasil, que mantém relações próximas com Taiwan em várias atividades, incluindo as relacionadas à saúde, não pode deixar de reivindicar a presença dessa nação no encontro.

O senador acrescentou que os avanços de Taiwan na área de saúde chegam a impressionar o mundo. Em menos de 20 anos, relatou, a

nação controlou e erradicou epidemias, implementou o planejamento familiar, criou uma rede completa de serviços médicos, além de adotar com sucesso o programa nacional de segurança e promover uma brusca redução da taxa de mortalidade infantil.

Casildo Maldaner acha, por tudo isso, que Taiwan deve participar, como observador, da assembléia bem como ingressar na Organização Mundial de Saúde.

— Nas últimas três décadas, Taiwan foi afastado ou excluído de organizações médicas e de saúde internacional. A China continental, categórica na recusa de reconhecer Taiwan independente, contribuiu substancialmente para a situação, utilizando-se de projeção e pressão internacional. Mas atualmente os fatos demonstram que Taiwan deve tomar parte da Organização Mundial de Saúde — afirmou.

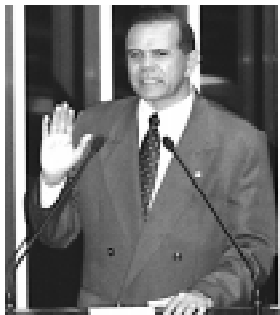
Escórcio pede a Luiz Felipe a convocação de Romário

O senador Francisco Escórcio (PMDB-MA) pediu, em discurso no Plenário, a convocação do atacante Romário Faria para a seleção brasileira que vai disputar a Copa do Mundo a partir de 3 de junho.

— Os humildes serão exaltados — Romário chorou e se humilhou e por isso eu apelo ao técnico Luiz Felipe Scolari: dê uma colher-de-chá ao Baixinho — disse Francisco Escórcio.

O senador lembrou que, em 1970, o técnico João Saldanha hesitou em convocar Pelé para a seleção, sob o argumento de que ele estaria míope. Mas, acrescentou, o clamor popular garantiu a vaga de Pelé.

— Venho aqui juntar o meu apelo ao do presidente da República e ao de 70% da população brasileira. Romário tem que estar no grupo que vai defender o Brasil na Copa do Mundo — afirmou Francisco Escórcio, que assumiu a cadeira de



Francisco Escórcio lembrou que em 1970 João Saldanha não queria chamar Pelé

senador em razão de pedido de licença do titular, Bello Parga (PFL-MA).

TORCIDA

Em aparte, o senador Mauro Miranda (PMDB-GO) disse que torce pelo Botafogo, "time que está na pior", mas concorda com Escórcio na avaliação de que Romário merece ser convocado. Francisco Escórcio comemorou também a campanha do Brasiense, time recém-criado no Distrito Federal pelo ex-senador Luiz Estevão e que garantiu presença na final da Copa do Brasil ao derrotar clubes de grande tradição, como Fluminense e Atlético Mineiro.

Na presidência da sessão, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) observou que, por um momento, temeu que Francisco Escórcio fosse lançar Romário para vice-presidente da República em uma possível chapa encabeçada pelo empresário Sílvio Santos.